

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES**Aviso n.º 2850/2007****Abertura de concurso externo de ingresso para provimento de cinco lugares de assistente administrativo**

1 — Nos termos do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, no uso da competência que me foi subdelegada por despacho do vereador dos recursos humanos de 7 de Novembro de 2005, nos termos dos artigos 68.º, 69.º e 70.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de cinco lugares de assistente administrativo.

2 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 353-A/89, de 16 de Outubro.

3 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 — O presente concurso foi precedido de consulta ao CEFA — Centro de Estudos e Formação Autárquica, sendo que 50% dos lugares postos a concurso são destinados à reserva de recrutamento do CEFA.

5 — Prazo de validade — é válido para o preenchimento das vagas atrás referidas.

6 — Remuneração base — corresponde ao escalão 1, índice 199 (no valor de €640,62), constante do anexo n.º 2 a que se refere o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, cujos índices foram reformulados pelo Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março.

7 — Local de trabalho — o local de trabalho é no concelho de Loures.

8 — Conteúdo funcional — Decreto regulamentar n.º 20/85, de 1 de Abril, e despacho n.º 38/88, in *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Janeiro de 1989.

9 — As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

10 — Em cumprimento do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, será observada a quota de emprego.

10.1 — Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, assim como indicar no requerimento de admissão as respectivas capacidades de comunicação e expressão.

11 — Requisitos gerais para admissão a concurso — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Ter como habilitações literárias o 11.º ano de escolaridade;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

12 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser obrigatoriamente formalizadas mediante requerimento modelo tipo, existente na Divisão de Gestão de Pessoal ou em www.cm-loures.pt, podendo ser entregue pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos, Divisão de Gestão de Pessoal, sito na Rua do Dr. Manuel de Arriaga, 7, Loures, ou remetido pelo correio, mediante carta registada com aviso de recepção, expedida até ao termo do prazo fixado, para a Câmara Municipal de Loures, Praça da Liberdade, 2674-501 Loures, dela devendo constar:

- a) Identificação completa [nome completo, filiação, naturalidade, estado civil, profissão, data de nascimento, número e data de emissão e da validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, morada, código postal e telefone e situação militar (se for caso disso)];
- b) Habilitações literárias e profissionais;
- c) Referência ao concurso a que se candidata com menção expressa ao número e data do *Diário da República* em que este aviso foi publicado;
- d) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em consideração pelo júri desde que devidamente comprovados.

13 — O requerimento de admissão ao concurso deverá, sob pena de exclusão, ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae*, detalhado;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte;
- d) Declaração ou documentação comprovativa das circunstâncias referidas na alínea d) do número anterior;
- e) Documentos demonstrativos dos requisitos gerais de admissão previstos nas alíneas d), e) e f) do n.º 10 do presente aviso.

14 — A apresentação da documentação mencionada nas alíneas d) e e) do número anterior é temporariamente dispensada desde que o candidato declare no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais mencionados.

15 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

16 — Métodos de selecção — a selecção dos candidatos será feita mediante a aplicação dos seguintes métodos de selecção:

- Prova de conhecimentos teórica;
- Prova de conhecimentos específicos;
- Entrevista de selecção profissional.

Sistema de classificação final — na classificação final é adoptada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, sendo adoptada a seguinte fórmula classificativa final:

$$CF = 40\% PCT + 40\% PCE + 20\% EPS$$

em que:

- CF = classificação final;
- PCT = prova de conhecimentos teórica escrita;
- PCE = prova de conhecimentos específicos;
- EPS = entrevista profissional de selecção.

16.1 — Na realização da prova de conhecimentos teórica escrita os candidatos poderão consultar os diplomas relativos às matérias constantes do programa da prova, não sendo autorizado o uso de legislação comentada e anotada.

16.2 — A prova de conhecimentos teórica escrita, com carácter eliminatório e com duração máxima de uma hora, incidirá sobre a seguinte legislação e temática:

Programa da prova de conhecimentos teórica escrita:

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local — Decreto-Lei n.º 24/84, 16 de Janeiro; Regime jurídico das férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com a redacção dada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, 157/2001, de 11 de Maio, e 169/2006, de 17 de Agosto;

Programa da prova de conhecimentos específicos, com a duração máxima de noventa minutos e com carácter eliminatório — informática.

16.3 — Factores de ponderação da entrevista profissional de selecção, com a duração máxima de trinta minutos:

- Motivação e interesses profissionais;
- Capacidade de trabalhar em grupo;
- Apetência para novos conhecimentos.

17 — Os critérios de classificação e ponderação das provas de conhecimento e entrevista profissional de selecção constam das actas dos respectivos júris, encontrando-se à disposição dos candidatos nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

18 — A lista de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão afixadas para consulta no edifício dos Paços do Município de Loures, nos termos do disposto nos artigos 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, ou publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, conforme o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

19 — Os candidatos admitidos serão notificados do dia e da hora da realização dos métodos de selecção nos termos previstos no n.º 2 dos artigos 34.º e 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

20 — Júri do concurso — nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, o júri de selecção terá a seguinte composição:

Presidente — Licenciada Cristina Maria Carvalho Matos Silva, directora do Departamento de Recursos Humanos.

Vogais efectivos:

- 1.º Maria Joaquina Cardoso Riço Sanches, chefe de repartição.
- 2.º Cristina Maria Wergiskosky Baptista Mendonça Sousa, chefe da repartição de contabilidade.

Vogais suplentes:

1.º Licenciada Carla Maria Santos Ramos, técnica superior jurista de 1.ª classe.

2.º Licenciada Maria do Carmo Lucinda Martins Silva, técnica superior de gestão de 1.ª classe.

O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

10 de Janeiro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora, *Cristina Silva*.

3000225162

Aviso n.º 2851/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 17 de Janeiro de 2007, foi prorrogada a nomeação em regime de substituição do funcionário José Marçal Monteiro como encarregado geral, do Departamento de Obras Municipais, Divisão e Infra-Estruturas Municipais, a partir de 12 de Fevereiro de 2007 e até produzir efeitos úteis, designadamente pelo concurso interno de ingresso, nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 466/79, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 406/82, de 27 de Setembro.

17 de Janeiro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora, *Cristina Silva*.

3000225165

Aviso n.º 2852/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho superior de 11 de Dezembro de 2006, o funcionário Paulo Leonel Andrade Ganhão, com a categoria de assistente administrativo, é reclassificado, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400.

19 de Janeiro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora, *Cristina Silva*.

3000225166

Aviso n.º 2853/2007

Em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 34.º e no n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que esta Câmara Municipal procedeu à renovação por igual período dos contratos a termo resolutivo dos seguintes trabalhadores:

Mara Isabel Leitão Quarenta, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 1 de Outubro de 2004, pelo período de um ano.

Cláudia Marina Veríssimo Domingues Serralha, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 11 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Lola Maria Alves Matos Pinho, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 11 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Maria Adelaide Silva Araújo Pereira, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 11 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Patrícia Isabel Cardoso Ferreira, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 11 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Rosália Jesus Silva, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 11 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Sandra Isabel Pereira Santos Lucas, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 11 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Patrícia Alexandra Rodrigues Ferreira Rocha, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 15 de Novembro de 2004, pelo período de um ano.

Cidália Ferreira Rodrigues Varela, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 17 de Dezembro de 2004, pelo período de um ano.

Sofia Alexandra Nunes Correia, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 17 de Dezembro de 2004, pelo período de um ano.

Soraia Maria Santos Antunes, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 1 de Outubro de 2005, pelo período de um ano.

Lucília Conceição Dias, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 3 de Outubro de 2005, pelo período de um ano.

Maria Fernanda Almeida Carvalho Cardoso Duarte, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 14 de Outubro de 2005, pelo período de um ano.

Maria Manuela Mendes Fernandes, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 17 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Lúcia Raquel Prior Santos, na categoria de técnica principal, com início a 19 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Aldina Maria Cardoso Silva Mateus, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 21 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Ana Cristina Jesus Lopes, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 21 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Isabel Maria Lemos Ferrão, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 21 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Maria Lurdes Carvalho Ricardo Martins, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 21 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Jaime José Jacinto Correia, na categoria de técnico principal, com início a 24 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

Andreia Catarina Lopes Silva, na categoria de auxiliar de acção educativa, com início a 28 de Novembro de 2005, pelo período de um ano.

23 de Janeiro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

3000225163

Aviso n.º 2854/2007

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de arquitecto paisagista assessor

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho superior de 23 de Janeiro de 2007, foi promovida como arquitecta paisagista assessora Helena Maria Pargana Bentes Gomes de Araújo Gonçalves, na sequência do concurso em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, parte especial, n.º 202, de 19 de Outubro de 2006.

23 de Janeiro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

3000225161

Aviso n.º 2855/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que a requisição de Carla Cristina Sousa Pires, técnica superior de psicologia de 1.ª classe, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Alenquer, foi prorrogada por mais um ano, a partir de 25 de Outubro de 2006.

24 de Janeiro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

3000225159

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Aviso n.º 2856/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 23 de Janeiro de 2007, e ao abrigo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi nomeado para um lugar do quadro de pessoal desta Câmara Municipal o especialista de informática do grau 3, nível 2, Rui Manuel Matias Várzea, o qual ficou posicionado no escalão 4, índice 900.

5 de Fevereiro de 2007. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.

3000225208